

A IMPORTÂNCIA DO PARFOR PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA NO INTERIOR DO ESTADO DO AMAZONAS.

The importance of PARFOR for the formation of Mathematics professors in the interior of the State of Amazonas

Franklane Souza da Costa

Welton Yudi Oda

Resumo

O referido texto trata-se de um recorte de uma pesquisa em andamento. Apresenta angústias e reflexões que emergem ao longo do desenvolvimento da pesquisa no âmbito do Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática - PPGECIM da Universidade Federal do Amazonas. A pesquisa da qual resultou o presente texto, tem o objetivo de analisar a importância do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) para a formação de Licenciatura em Matemática, ofertado pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Este estudo tem o intuito de responder ao seguinte problema de pesquisa: Qual a importância do Parfor para a formação de professores em Licenciatura em Matemática no Interior do estado do Amazonas. Para podermos elucidar o problema de pesquisa, bem como alcançar os objetivos propostos, teremos como objetivo geral analisar importância do Parfor para formação de professores de Licenciatura em Matemática no interior do Estado do Amazonas. Neste sentido, buscou-se alicerçar a reflexão realizada com teóricos da área da Educação, mais precisamente com aqueles se investem em construir e produzir conhecimento acerca da importância do processo formativo ofertado pelo PARFOR. Nesta etapa da pesquisa dialogou-se principalmente com Almeida, Nascimento-Filho, Silva (2020); Nepomuceno (2020); Valente & Melo (2021). A pesquisa demonstrou que apesar das problemáticas enfrentadas, o Programa de formação de Professores da Educação Básica PARFOR, apresenta-se como uma das alternativas importantes para formação de professores que atuam no interior do Estado do Amazonas sem formação adequada.

Palavras-chave: PARFOR, Formação de professores, Licenciatura em Matemática.

Abstract

This text is an excerpt from ongoing research. It presents anxieties and reflections that emerge throughout the development of research within the scope of the Master's in Science and Mathematics Teaching of the Postgraduate Program in Science and Mathematics Teaching - PPGECIM at the Federal University of Amazonas. The research that resulted in this text aims to analyze the importance of the National Basic Education Teacher Training Program (Parfor) for the training of a Degree in Mathematics, offered by the Federal University of Amazonas – UFAM. This study aims to answer the following research problem: How important is Parfor for the training of teachers in Mathematics Degree in the interior of the state of Amazonas. In order to elucidate the research problem, as well as achieve the proposed objectives, our general objective will be to analyze the importance of Parfor for training Mathematics degree teachers in the interior of the State of Amazonas. In this sense, we sought to support the reflection carried out with theorists in the field of Education, more precisely with those who invest in building and producing knowledge about the importance of the training process offered by Parfor. The research demonstrated that despite the problems faced, the PARFOR Basic Education Teacher Training Program presents itself as one of the important alternatives for training teachers who work in the interior of the State of Amazonas without adequate training.

Keywords: PARFOR, Teacher training, Degree in Mathematics.

Introdução

A reflexão sobre elementos que constituem o percurso formativo de

professores de Matemática exige um olhar mais atento acerca das políticas educacionais vigentes no país. Ademais, a referida proposta busca trazer para o cerne deste debate ideias relacionadas aos programas emergenciais de formação de professores no Brasil, destacando o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica-Parfor.

No Brasil, a partir dos anos de 1990, sobretudo, após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394/96, as reformas educacionais foram acentuadas e com elas a formação docente. E no contexto das reformas do Estado sendo subordinado às recomendações dos organismos internacionais impactaram de forma direta no desenvolvimento da educação brasileira, bem como nas políticas de formação de professores.

Os movimentos e discussões relacionadas à formação de professores ganharam força e tomaram conta dos setores de organização educacional. No ano de 2009, constatou-se que um quantitativo significativo de professores que atuavam na educação básica não possuíam formação adequada, nas áreas que atuavam (INEP,2009).

No ano de 2009, foi criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, o Parfor - Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - que visa contribuir para a formação de professores que atuam na rede estadual ou municipal e que não possuíam formação nas áreas que atuavam o que passou a ser possível por meio da oferta de cursos de primeira licenciatura (CAPES/2022).

Este programa surgiu para atender as políticas de organização educacional que estavam sendo desenvolvidas no país e que solicitaram um papel mais participativo das instituições que tratam deste processo formativo e da normatização, já exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (BRASIL, 1996), solicitando uma formação de nível superior para todos os professores que trabalhavam na rede básica de ensino, permitindo avanços e direcionando propostas relacionadas ao currículo da

Educação Básica e nos cursos de formação de professores.

O Parfor foi idealizado como um programa emergencial que visava minimizar as demandas relacionadas à falta de professores para atuarem na educação básica. Por intermédio do decreto n.º 6.755/2009, revogado pelo decreto n.º 8.752, de 2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica. Esta ação visa contribuir para o alcance da meta 15 e 16 da Lei nº 13.005, do Plano Nacional de Educação - PNE e os planos decenais dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2016).

A reflexão despertou inquietação para a construção do conhecimento que deu origem a esta proposta de pesquisa perpassando por questionamentos crítico-reflexivos, ocasionando um verdadeiro diálogo intrapessoal: Quais foram os contextos históricos de Políticas Públicas Educacionais que fizeram surgir o Parfor? Qual a importância do Parfor para a formação de professores de Matemática no interior do Estado do Amazonas?

Além das questões que envolvem a formação de professores apontam-se especificidades acerca dos meandros geográficos relacionados ao Amazonas, por se tratar de uma região de difícil acesso, recortada por rios, com ausência de sinais de internet e com lacunas significativas na oferta de cursos de Formação de Professores.

Baseado no contexto apresentado estabeleceu-se seguinte questão que será respondida a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, além da observação participante do meio em que se desenvolve esta atividade formativa: qual a importância do Parfor para a formação de professores de Matemática no interior do Estado do Amazonas?

Ressalta-se que o referido texto trata-se de um recorte de uma pesquisa em andamento, trata-se de angústias e reflexões que vão emergindo ao longo do desenvolvimento da pesquisa no âmbito do Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática - PPGECIM da Universidade Federal do

Amazonas. Acredita-se, em um primeiro momento, que a referida pesquisa poderá contribuir com reflexões gerando debates legitimando então a relevância da temática que trata do processo formativo de professores de matemática no interior do Estado do Amazonas.

Um Breve Histórico da Formação Docente de Professores No Brasil

A globalização dos mercados, crescimento populacional, desenvolvimento tecnológico, aumento do desemprego são alguns dos desafios enfrentados por todos os países na atualidade. Dentre as diversas ações na busca de minimizar os impactos sociais que estes aspectos provocam estão o investimento em Educação para atender estas demandas. Diante desses fatores a preocupação na formação de professores tem alcançado um papel primordial como uma política de Estado em alguns países. Gatti destaca,

A formação dos professores tem sido um grande desafio para as políticas educacionais. Inúmeros países vêm desenvolvendo políticas e ações agressivas na área educacional cuidando, sobretudo, dos formadores, ou seja, dos professores, que são os personagens centrais e mais importantes na disseminação do conhecimento e de elementos substanciais da cultura (GATTI, 2014, p. 35).

Este desafio trouxe uma grande responsabilidade para instituições formadoras e as políticas públicas destinadas para este fim. No Brasil, ações voltadas para a formação de professores aconteceram de forma lenta e tardia, em que as primeiras iniciativas, consideradas significativas, aconteceram a partir do século XIX, com as Escolas Normais voltadas para a formação de professores.

Escolas Normais, eram, até então, redigidas por legislação estadual, sendo que cada estado tinha legislação própria: organizava e definia a estrutura curricular dos cursos de formação de professores, e especial, a Prática de Ensino, de modo diferenciado. (BARREIRO; GEBRAN, 2006, p.38).

A formação nestas escolas apresentava uma organização descentralizada em relação ao Governo vigente porque cada Estado apresentava uma legislação diferenciada, tornando este ensino desigual em diversas partes do País. Diante destes fatores foi criado o Decreto-Lei 8.530/46, dando base para organização do Ensino Normal com o intuito de promover formação docente e continuada para atender as escolas primárias, capacitar gestores e estudos que possam desenvolver conhecimentos relativos à Educação da Infância e como seria a sua organização. “O Ensino Normal será ministrado em dois ciclos. O primeiro dará o curso de regentes de ensino primário, em quatro anos, e o segundo, o curso de formação de professores primários, em três anos” (BRASIL, 1946).

A Formação Docente relativa ao nível secundário vai surgir a partir do Decreto Lei n. 1190/39 que estabelece a organização da Faculdade Nacional de Filosofia. Nesta formação surgiu a oferta de cursos de Bacharel em Filosofia, Matemática, Física, Química, História Natural; Geografia, História, Ciências Sociais; Letras Clássicas; Letras Neolatinas; Letras Anglo-germânicas e Pedagogia (BRASIL, 1939).

Ações voltadas para a formação de professores para o ensino superior começaram a ser discutidas porque passamos a realizar um processo de industrialização que começou a existir no país a partir do século XX, exigindo mais trabalhadores qualificados e com níveis educacionais para poder desenvolver e entender todo este processo, já que, precisamos desenvolver a nossa base industrial. [...] A necessidade de maior escolarização começa a se colocar entre os trabalhadores e inicia-se uma pequena expansão no sistema de ensino [...] (GATTI ; BARRETO, 2009, pág. 37).

As normatizações começaram a existir no país exigindo reformas que pudessem melhorar o sistema de ensino, visando amenizar algumas lacunas relacionadas à democratização do ensino, sendo uma das propostas da Constituição de 1988.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988 Art. 205).

Desta forma tornou-se uma obrigação do Estado Brasileiro a ampliação da sua rede de ensino e promoção de políticas públicas voltadas para área educacional sendo imprescindível para este processo normatizações que dessem ênfase à formação de professores.

PARFOR - Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, trouxe propostas significativas em relação à formação docente, determinando que estes profissionais só poderiam atuar na Educação Básica com formação superior.

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 1996. Art.62).

Esta formação deverá ter como finalidade o desenvolvimento cultural, estimulando o pensamento reflexivo na busca de formar profissionais que contribuam para a solução e o desenvolvimento da sociedade brasileira e a compreensão de suas peculiaridades. Sendo promovida através de [...] cursos formadores de profissionais para a educação básica [...] programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica (BRASIL, 1966. Art.63).

A promulgação desta lei levou a uma corrida desenfreada por formação de professores. No ano de 2009, tínhamos 2 milhões de professores que atuavam na Educação Básica, sendo que 32% deles

equivalente a 636.800, não tinha formação em nível superior, sendo a grande maioria vinculados à educação infantil e aos anos iniciais do ensino fundamental. Entre os graduados havia também os que não tinham licenciatura e os que atuavam em disciplinas diferentes da sua área de formação. “A maior demanda por cursos de licenciatura recaía invariavelmente nas regiões Nordeste e Norte” (GATTI, BARRETO, ANDRÉ, 2011, p. 53).

Diante das obrigações impostas aos órgãos governamentais ligadas a Educação foi desenvolvida uma ação promovida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES criando o Parfor, Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, que fomentou a implantação de turmas especiais de Primeira e Segunda Licenciatura e de Formação Pedagógica de forma gratuita a professores que atuam na rede pública da Educação Básica.

Um dos seus objetivos é cumprir com a formação exigida pela LDB e contribuir para o alcance da meta 15 do Plano Nacional de Educação – PNE, “oferecendo aos professores em serviço na rede pública, oportunidade de acesso à formação específica de nível superior, em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam” (CAPES/ 2022).

O PARFOR e o Curso de Licenciatura em Matemática

O Programa Nacional para Formação de Professores - PARFOR surgiu em 2009, através do Decreto nº 6.755, artigo 11, inciso III, sendo revogado pelo Decreto nº 8.752/2016, que dispõe sobre Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica (BRASIL, 2016). O programa foi estabelecido de forma emergencial diante de dados preocupantes sobre professores que atuavam na Educação Básica sem formação adequada.

De acordo com o Censo Escolar realizado pelo MEC/Inep, havia, em 2009, entre os cerca de dois milhões de docentes no país, 32% dos professores da educação básica sem formação superior, o

que equivalia a 636.800 deles, a grande maioria deles na educação infantil (52%), e 38,7% nos anos iniciais do ensino fundamental, uma vez que, antes da atual LDB/1996, a formação mínima exigida para o exercício do magistério nessas etapas da escolaridade era de nível médio. (GATTI, BARRETO E ANDRÉ, 2011, p. 52)

O PARFOR é uma ação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, em regime de colaboração entre a União, por intermédio da Capes, os Estados, o Distrito Federal e os municípios”. (BRASIL, 2021) em que “os sistemas estaduais e municipais devem oferecer suporte a essas atividades em parceria com as IESs”. (GATTI, BARRETO E ANDRÉ, 2011, p. 55). Esta cooperação deve proporcionar a implantação de turmas especiais de Primeira Licenciatura, para o que não possuíam Licenciatura, Segunda Licenciatura, para professores Licenciados que ministravam aulas fora da sua área de atuação e Formação Pedagógica para os bacharéis sem Licenciatura de forma gratuita a professores em serviço pertencentes à rede pública de Educação Básica.

Um dos motivos para esta política de formação de professores é contribuir para o alcance da meta 15 da Lei 13.005/2014 do Plano Nacional de Educação - PNE, que dentre as estratégias visa:

Implementar cursos e programas especiais para assegurar formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício.

E cumprir a formação exigida pela Lei 9.394/96 que estabelece as diretrizes e Bases da Educação/LDB

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do

ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Art. 62, LDB/1996).

O Edital 08/2022 do PARFOR, demonstra que essa demanda ainda é grande, já que foram ofertadas mais de 6.000 mil vagas, sendo distribuídas para região Norte 1.600, Nordeste 2.300, Centro-Oeste 500, Sudeste 1.000 e Sul 600 (2022, página 02). A falta de professores qualificados gera problemas significativos no decorrer da vida escolar dos nossos estudantes, por isso investir na qualidade de formação de professores torna-se imprescindível.

(...) melhorar a formação de professores para atender as diferentes áreas de conhecimento é necessário e urgente, uma vez que a falta de professores tem causado lacunas na formação dos alunos, seja pela falta de profissionais nas escolas, seja pela falta de formação de professores para as áreas nas quais atuam. (NEPONUCENO, 2020, p. 307).

Neste contexto, a política pública de formação de professores foi sendo disseminada por todo o país, atingindo lugares em que o ensino regular não poderia alcançar porque o Brasil possui dimensões continentais, áreas de difícil acesso, o que torna este programa imprescindível para a formação de professores. Ressalta-se que os cursos ofertados pelo PARFOR ocorrem nos municípios ou pólos de residência e atuação profissional dos professores/licenciandos.

Para fazer parte do PARFOR, o Professor em exercício deverá comprovar (...) exercício da docência na rede pública de educação básica atuando na área do curso pleiteado (BRASIL, 2021, art. 17). As turmas de Licenciaturas são disponibilizadas, pela CAPES, através da Plataforma Freire, em que os professores em exercício são submetidos a um processo de seleção e deverão comprovar que possuem os requisitos necessários para participação do programa e que atendem às normas estabelecidas pela Instituição de Ensino Superior/IES. As aulas acontecem nos próprios municípios ou pólos em que os professores atuam evitando deslocamento para a capital, proporcionando:

A possibilidade real de se continuar dando condições para que os trabalhadores tenham acesso à formação superior próxima de suas vivências culturais, afetivas, sociais e políticas, como se fez e se continua fazendo por meio da interiorização. (RODRIGUES; SILVA, 2017, p. 36).

No Estado do Amazonas o PARFOR surgiu para cumprir o que se estabelecia na legislação vigente, diante de alguns programas já executados, mas que não tiveram o alcance esperado “ (PROFORMAR, PEFD) e que não foram suficientes para suprir a grande demanda de profissionais qualificados atuando na rede Básica de Ensino. ” (VALENTE; MELO 2021.p. 73.496).

A Universidade Federal do Amazonas - UFAM, assina o termo de adesão ao programa do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica em 2009, sendo que a resolução 39 que trata da implantação e regulamentação, no âmbito da UFAM, do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – PARFOR, acontece somente em 2014. (BRASIL, 2014).

Na rede Pública do Estado do Amazonas, contamos com um total de 47.395 docentes atuando na Educação Básica, sendo que a maior parte 40,8% por cento atua nos anos finais do ensino fundamental (INEP, 2021, p.38). Em relação aos indicadores da formação docente nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio temos respectivamente 49,3% e 67,8% de professores com formação adequada em Licenciatura em Matemática atuando nas escolas públicas, (Ibidem, 2021, p. 43 - 46). Isto demonstrando importância deste programa e que ainda temos um grande caminho a ser percorrido em relação a formação de professores em nosso Estado.

Um dos grandes desafios em relação à formação de professores no Estado do Amazonas é que pertencemos a uma região diferenciada de outras partes do país, com dimensões continentais. Possuímos 62 municípios e, na sua grande maioria, o acesso é feito pelos rios, sem políticas públicas adequadas e sem a infraestrutura necessária para um deslocamento rápido e

seguro, dificultando a oferta de cursos de formação em muitos desses municípios.

É desafiante formar professores no Amazonas, principalmente nas cidades do interior do estado. A maioria dos deslocamentos a partir da capital Manaus é realizada via aérea e fluvial podendo ultrapassar 1.000km de distância. (ALMEIDA; FILHO; SILVA, 2020, p. 21)

Esta política, apesar de receber incentivos para ser executados através de fomentos que contemplam instituições, professores formadores, coordenadores, cursos gratuitos para professores em exercício e sistema de bolsas de estudos (SOUZA, 2014). A execução do programa é repleta de dificuldades e que levam muitos professores a abandonar o curso. Uma destas causas está ligada a evasão, diante dos vínculos empregatícios que o professor em exercício tem com as prefeituras locais, pois:

Nas cidades do interior desse nosso gigantesco estado, como deve acontecer nesse país afora, as prefeituras contratam seus professores não apenas por meio de concursos públicos, mas também, muitas vezes, ainda prevalece o regime de contratos temporários, principalmente nos interiores mais distantes do centro urbano. (PEREIRA, GAIA, SILVA, CASTRO, 2017, p. 20).

Diante desta falta de amparo legal, os referidos docentes não recebem décimo terceiro e nem remunerações no período de férias. Isto é muito penoso para os cursistas, ainda mais aqueles que somente têm o emprego de professor como uma única fonte de renda, tornando difícil se manter no programa, além disso, muitos contratos são interrompidos no decorrer do curso e não são renovados e nem todos os cursistas recebem bolsas de estudo.

Para Oliveira (2021), o problema está na matriz curricular do curso do PARFOR

O PARFOR possui a mesma matriz curricular dos cursos regulares e com a mesma carga horária, porém o tempo para desenvolver a disciplina é mais curto que uma modalidade regular,

tendo em vista que disciplinas possuem ementas longas e o tempo de execução é compactado, com uma carga horária de 8h/dia (OLIVEIRA, 2021, p. 58).

Isto pode levar a um desgaste dos cursistas em relação à aprendizagem, já que vai exigir uma organização maior para poderem acompanhar as aulas, sendo agravado por uma carga horária exaustiva. A autora supracitada enfatiza que estes cursos apresentam um público bastante diferenciado, em relação à idade dos estudantes, de sua experiência em docência e na insuficiência na formação docente, exigindo um trabalho de desconstrução, por parte dos formadores de práticas e concepções antigas e sem qualquer sintonia com uma educação contemporânea.

Em seus estudos, Marques (2016), organizou um quadro com possíveis entraves ao acesso e à permanência dos professores cursistas, dentre os já citados, destaca que nem sempre as aulas acontecem no local planejado, à escola, tanto municipal quanto estaduais, não tem infraestrutura suficiente para sediar os cursos, com ausência de bibliotecas e locais de estudo, comprometendo o processo de ensino e aprendizagem.

Diante destes fatores, precisa-se ter um olhar diferenciado na oferta deste tipo de formação.

Pensar em políticas públicas para a formação docente requer considerar as mais diversas características que envolvem todas as regiões do Brasil, levando em conta a cultura, a língua, os costumes, os instrumentos disponíveis, as condições climáticas, os povos originários, a comunidade ribeirinha etc. (OLIVEIRA, BORGES, SILVA, NASCIMENTO, 2022, p.81).

Desta forma, precisamos verificar estas particularidades ofertadas pelas instituições que promovem este tipo de formação e que precisam estar atentas, não só ao projeto pedagógico e à composição do seu corpo docente, precisam prever, no seu planejamento, este tipo de especificidade, já que um dos objetivos do PARFOR, é:

II - Incentivar o desenvolvimento de propostas formativas inovadoras, que considerem as especificidades da formação em serviço para professores da educação básica, buscando estratégias de organização de tempos e espaços diferenciados que contemplem esses atores;
 III - Estimular o aprimoramento dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) das licenciaturas, tendo por base as experiências observadas nas turmas especiais implementadas. (BRASIL, 2018).

Além disso, existem vários fatores que influenciam este tipo de formação, tanto na parte social, quanto a pedagógica e a estrutural, o que leva a pensar em diferentes estratégias de abordagem para poder levar uma formação de qualidade e que a diferencie de um curso regular, no intuito de gerar melhorias.

Infelizmente, até a presente data, não conseguimos dados atuais sobre o Curso de Licenciatura em Matemática ofertado pela Universidade Federal do Amazonas, através da Coordenação Geral de Curso ou através do site do Departamento de Matemática que oferta o curso de Licenciatura em Matemática, mas estudos de Valente e Melo (2019) revelam que até o ano de 2019 foram ofertadas mais de 23 turmas de Licenciatura em Matemática contemplando mais de 20 municípios.

Totalizando um quantitativo de 707 (setecentos e sete) professores cursistas matriculados no programa, entre eles 137 (cento e trinta e sete) desistiram, 39 (trinta e nove) estão cursando e 531 (quinhentos e trinta e um) foram os professores graduados até dezembro/2019. (VALENTE, MELO, 2019, p. 73.492).

Os dados apresentados no programa nos mostram a importância para o processo de formação de professores em Licenciatura em Matemática no Estado do Amazonas que sofre com má distribuição e ausência de cursos na região e com um quantitativo ainda significativo de professores que atuam nos anos finais do Ensino fundamental e Médio sem formação adequada, isto poderá gerar problemas sérios no decorrer dos anos.

Metodologia

Para Minayo (2007, p. 14) a “Metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. É através dela que o pesquisador vai poder estabelecer o método, as técnicas e a sua capacidade de observação estabelecendo vínculos com o objeto a ser pesquisado.

Através deste contato é que se estabelece as inquietações e as provocações que a pesquisa vai proporcionar. Para Gil (2008, p. 26) a pesquisa se estabelece “como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. Na forma de proporcionar soluções ou reflexões para resolver questões práticas da vida e do cotidiano através das suas observações.

Do ponto de vista desta pesquisa terá o objetivo exploratório Prodanov e Freitas (2013, p. 51-52).

(...) tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto.

A coleta das informações característica desta pesquisa será realizada através leis, decretos e resoluções através de um levantamento bibliográficos e documental da literatura vigente levando a uma visão geral do objeto da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica para Sousa, Oliveira e Alves (2021), consiste em uma pesquisa já inserida e consolidada, principalmente no meio acadêmico e que tem por finalidade o aprimoramento e atualização do conhecimento produzido sobre determinado tema, por intermédio de detalhada investigação científica de obras já publicadas. Ademais,

[...] podemos afirmar que ela consiste em um conjunto de informações e

dados contidos em documentos impressos, artigos, dissertações, livros publicados; em textos e as informações são fontes para a base teórica da pesquisa e na investigação dos estudos dos textos que possam colaborar no desenvolvimento da pesquisa (SOUSA, OLIVEIRA E ALVES, 2021, páginas 66 e 67).

Conforme mencionado anteriormente, o presente texto trata-se de parte de uma pesquisa maior, mas que ainda se encontra em andamento. Neste sentido, buscando responder ao problema de pesquisa representado pelo questionamento: qual a importância do Parfor para a formação de professores de Matemática no interior do Estado do Amazonas? Buscou-se alicerçar a reflexão realizada com teóricos da área da Educação, mais precisamente com aqueles se investem em construir e produzir conhecimento acerca da importância do processo formativo ofertado pelo Parfor. Nesta etapa da pesquisa dialogou-se principalmente com Almeida, Nascimento-Filho, Silva (2020); Nepomuceno (2020); Valente & Melo (2021).

Conclusão

Neste texto, buscou-se apresentar um breve histórico das políticas públicas relacionado a Formação Docente e a importância do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação básica – Parfor para a formação de professor (as) em Licenciatura em Matemática, no interior do Estado do Amazonas.

Constatou-se que a formação docente no Brasil, ainda está muito além de um planejamento de uma política institucional que precisaria a ser seguido, discutido e aperfeiçoado com o decorrer dos anos. As propostas educacionais no Brasil vão surgindo com ápice dos problemas apresentados, levando a uma corrida desenfreada para cumprir o que está sendo estabelecido em lei, provocando adaptações, que em muitos casos, podem não surtir os efeitos desejados.

O PARFOR apesar de ser um programa emergencial permitiu que muitos professores que estavam atuando na educação básica sem formação em

Licenciatura em Matemática, pudessem realizar uma formação continuada. Isto poderá ter influenciado no repensar da sua prática pedagógica, da importância da formação docente e da continuidade nos seus estudos porque está abrindo portas para outras possibilidades de crescimento pessoal.

O Estado do Amazonas possui muitas particularidades, como exemplo, as áreas de difícil acesso, o que por vezes provoca verdadeiro isolamento educacional e determinados casos, temos apenas a figura do professor para divulgação do conhecimento, o que torna esta parte do Brasil diferente de outros estados, exigido políticas educacionais que possam ser desenvolvidas atendendo a todas estas particularidades.

Precisamos envolver todos neste processo, órgãos educacionais, escolas, diretores, professores e principalmente os estudantes que são os mais prejudicados, já que são as grandes vítimas desta má gestão educacional. O mundo está mudando e as sociedades que mais se desenvolveram são aquelas que permitiram discutir as bases de um sistema educacional sólido e que promovam o crescimento cultural, econômico e social.

O estudo permitiu gerar reflexões e abriu portas para repensar sobre políticas educacionais, formação de professores em Licenciatura Matemática e as dificuldades educacionais encontradas neste processo no interior do estado do Amazonas. Apesar da formação de Professores em Licenciatura em Matemática ofertado pelo Parfor não ser o ideal, mas sem esta formação poderia ter agravado muito a situação educacional no Estado do Amazonas, já que até o momento é uma das formas disponibilizadas para formação dos professores que atuam na Educação Básica e não possuem formação nas áreas que atuam.

Referências

ALMEIDA, Whasgthon Aguiar de; FILHO, Virgílio Bandeira do Nascimento; SILVA, Adan Sady de Medeiros. **A importância do Parfor na formação em serviço de professores amazônicos. In.** SOUZA, Luciane Lopes de; BETTIOL,

Célia Aparecida; MONCAYO; Vanúbia Araújo Laulate; SILVA, Adan Sady de Medeiros (org). Parfor UEA: 10 anos formando professores no estado do Amazonas. Ed. CRV. Curitiba. 2020.

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. **Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores.** Ed. Avercamp. São Paulo, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 01/01/2023.

_____. **Decreto n.º 1.190, de 04 de Abril de 1939.** Dá Organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del_1190.htm. Acesso em 30/12/2022,

_____. **Decreto n.º 8.530, de 02 de janeiro de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacao-original-1-pe.html)

8530-2-janeiro-1946-458443-publicacao-original-1-pe.html. Acesso em 27/12/2022.

_____. **Lei n.º 9.394, de 20 de janeiro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e as bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm; Acesso: em 20 de junho de 2022.

_____. **Decreto n.º 6.755, de 29 de janeiro de 2009.** Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Disponível em: 10/11/2022.

_____. **Decreto n.º 8.752, de 09 de maio de 2016.** Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/at02

015-2018/2016/decreto/D8752.htm: Acesso em: 30 setembro. 2021.

CAPES. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior** Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/parfor>. Acesso em: 21 agosto. 2021.

EDITAL Nº 08/2022. **Programa nacional de formação de professores da educação básica – Parfor-2022**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/edital-n-8/2022-378422301>. Acesso: 02/01/2023.

ENADE- Exame Nacional de desempenho de Estudantes. Relatório Síntese da Área de Matemática- 2021. Disponível em https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2021/Enade_2021_Relatorios_Sintese_Area_Matematica.pdf. Acesso: 12/01/2023.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo de Afonso. **Políticas Docentes no Brasil: um estado da Arte**. Ed.UNESCO. Brasília. 2011.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. Editora: Atlas S/A, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA-INEP. **Resumo técnico do Estado do Amazonas: Censo da Educação Básica, 2021** .Disponível em: [Resumo Técnico do Estado do Amazonas – Censo da Educação Básica 2021 — Inep \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/inep/pt-br/publicacoes/relatorios-e-publicacoes/relatorio-censo-da-educacao-basica-2021) . acesso: em 14/10/2022.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. ed. 8. Ed. Atlas. São Paulo, 2022.

MARQUES. M. P. **Acesso e permanência dos professores da rede estadual do Amazonas no Plano Nacional de Formação de professores da Educação Básica (PARFOR)**.2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: [file:///C:/Users/econo/Downloads/MARILUCY%20%20AJUSTES%20P%C3%93SDEFESA_ATUAL%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/econo/Downloads/MARILUCY%20%20AJUSTES%20P%C3%93SDEFESA_ATUAL%20(1).pdf). Acesso: 07/12/2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio da Pesquisa Social**. In. DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu, MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. 26 ed. Ed. Vozes. Rio de Janeiro, 2007.

NEPOMUCENO, Frederico Batista. **O Parfor como processo de formação inicial de professores para a educação básica no Brasil**. Revista Linhas. Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 304-332, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723821462020304>. Acesso:02/01/2022.

PEREIRA, D. C.; GAIA; D. do C. R.; SILVA, J. B. do C.; CASTRO, O. L. M. de. **Formação e valorização da carreira docente: contribuições e os desafios da Coordenação Local do PARFOR no Campus Universitário do Tocantins/UFPA**. In. SILVA, J. B. do C.; LOPES, J. D. (org.). PARFOR: práxis amazônicas na Formação dos Professores da Educação Básica. Ed. Campus Universitário do Tocantins. Pará. 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Ed. Feevale. Novo Hamburgo. 2013.

OLIVEIRA, K. E. da C. **Um olhar sobre a formação de professores no curso de pedagogia PARFOR em borba/am: as contribuições para o desenvolvimento de uma inteligência plena**. 2021. Dissertação

(Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação – FAGED. Universidade Federal do Amazonas. 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11121012. Acesso: 06/02/2023.

RODRIGUES, S. Doriedson; SILVA. A interiorização e o PARFOR. In. SILVA, João Batista do Carmo; LOPES, Jorge Domingues.(org.). PARFOR Práxis amazônicas na Formação dos Professores da Educação Básica. Ed. UFPA. Pará. 2017.

SOUZA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. **A Pesquisa Bibliográfica:**

princípios e fundamentos. Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso: 01/02/2023.

VALENTE, Ana Acácia Pereira; MELO, Gilberto Francisco Alves de. **Contribuições do parfor matemática no Amazonas para a ressignificação dos saberes docentes dos professores formadores.** Revisata. BrazilianJournal of Development. Curitiba. , v.7, n.7, p.73492-73508 jul. 2021. Disponível <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/issue/view/136>. Acesso: 04/01/2023.

Franklane Souza da Costa: Pós-graduação em Docência Universitária – Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB). Técnico em Assuntos Educacionais na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Av. Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000, Aleixo, Manaus, AM – Brasil, CEP 69080-900. E-mail: Franklane@ufam.edu.br.

Welton Yudi Oda: Doutor em Educação Científica e Tecnológica - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor Universitário, Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Biológicas. (ICB). Av. Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000, Aleixo, Manaus, AM – Brasil, CEP 69080-900 E-mail: yudioda@yahoo.com.br.